

Dila

Sr. Ministro

Em documento entregue a V. Excia no dia 08/06/90, apresentamos uma análise da Universidade Brasileira, em particular das Universidades Federais. Além de desmistificarmos toda uma série de dados divulgados pelo MEC (que, aliás, não pôde contestar), chamamos a atenção para a política desenvolvida pelo governo nos últimos 20 anos, em especial na última década, que levou as Universidades Brasileiras à situação insustentável em que se encontra hoje. Esta política, conforme denunciemos, contou com a conivência de várias das administrações universitárias.

Acreditando nos bons propósitos de sua gestão frente ao MEC, apresentamos uma série de reivindicações históricas do movimento docente, no sentido de acabar com distorções que sempre preocuparam os docentes, como a existência da GRIPE, FC's e Jetons (criadas pelo Ministro Bornhausen), assim como a existência do regime de 40 horas sem dedicação exclusiva, de que pedimos extinção.

Nas conversações com o Secretário Nacional de Ensino Superior, negociamos a transformação das FC's e FG's, mantendo o saldo para verbas de custeio da própria universidade.

Tivemos a satisfação em saber do interesse do MEC na aceitação de nossa proposta, que temos apresentado desde 1987. No entanto, verificamos que apenas parte dela foi realmente cumprida, uma vez que o essencial, saldo (1,5 bilhões por mês, segundo o Jornal do Brasil) é retirado da Universidade.

Isto para nosso sindicato é extremamente grave e demonstra que não há vontade real de investir na Universidade, ao contrário, de cortar mais do que já vem sendo cortado nos últimos 20 anos, ano a ano.

Acrescentem-se a isto, as declarações de V. Excia. junto à imprensa, demonstrando um viés policialesco e autoritário quando se refere à burla da dedicação exclusiva. O Movimento Docente tem se colocado, por anos em defesa da DE como regime preferencial (adotado nas mais importantes Universidades de todo o mundo) e sempre se manifestou contra a burla deste regime de trabalho, assim como sempre combateu o regime de 40 horas sem dedicação exclusiva, o que origina distorções ainda maiores.

A universidade tem autonomia administrativa e, portanto, pode ela mesma executar os atos administrativos competentes, não apenas para reprimir a burla, mas principalmente para evitá-la.

O movimento docente, representado pela ANDES-SN, defenderá, a qualquer custo, a autonomia da Universidade dentro do princípio da democracia e da proposta da ANDES-SN e das ADs para a universidade brasileira, (documento encaminhado ao MEC em 1982), não permitindo uma postura aparentemente moralizadora do MEC, mas que, na verdade, pretende acabar com a DE.

Esta afirmação não é gratuita. Basta perguntar: por que não verificar o cumprimento de todas os regimes de trabalho? Por que apenas a DE?

Isto se configura, também, quando se pretende avaliar a produção dos docentes em DE, sem perguntar qual a política desenvolvida nestes anos todos que levou ao sucateamento físico e acadêmico da Universidade.

Se as intenções são de sorguer a Universidade, o MEC deve dialogar seriamente com a ANDES-SN, ouvir suas propostas, conhecer seus documentos, considerar sua proposta de avaliação da universidade, aliás, foi a ANDES-SN quem primeiro colocou a questão da avaliação como fundamental para o crescimento acadêmico.

No entanto não há espaço para diálogo, ou melhor, conversas houve, mas não se negociou com seriedade.

Propomos a V. Excia. que abra diálogo efetivo com o movimento docente por intermédio de sua entidade representativa, a ANDES-SN, para tratarmos com seriedade a questão universitária.

Os docentes estão bastante apreensivos pela maneira como vêm sendo desqualificados por declarações do MEC pela imprensa.

Queremos um diálogo franco, aberto e público sobre a universidade; somente assim poderemos salvar uma instituição pública responsável pela formação de nossos jovens e pela produção científica, tão necessária ao desenvolvimento brasileiro.

O MD manifestou-se favoravelmente à expansão de vagas, aliás um dos pontos de sua pauta de reivindicações, principalmente nos cursos noturnos, porém com a devida contrapartida de recursos materiais e humanos, para garantir a qualidade do ensino.

A simples expansão de vagas, mantido o atual quadro de carência, significará um golpe definitivo no sentido da destruição da Universidade Pública.

Lembramos ainda que os salários dos docentes significam hoje apenas 1/3 do que ganhavam em janeiro.

Brasília, 10 de julho de 1990

ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior